



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 220/2015 (Autoria do Deputado Cobra Repórter)

Concessão de Título de Utilidade  
Pública à Associação Refúgio, com  
sede e foro no Município de Cambé.

**Art. 1º** Concede Título de Utilidade Pública à Associação  
Refúgio, com sede e foro no Município de Cambé.

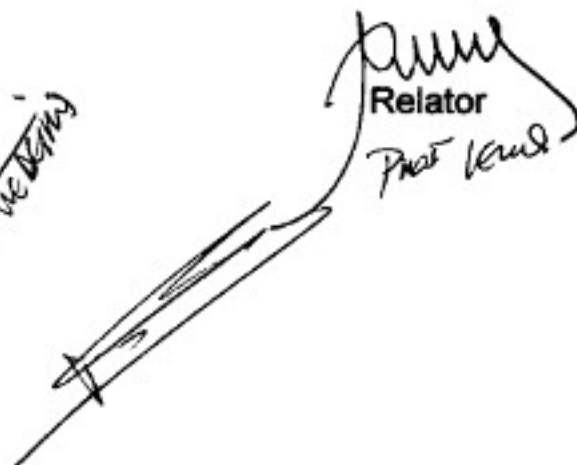
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

  
Fússow

  
Tião Medeiros

  
ALEXANDRE CURY  
Presidente

  
Relator  
Prof. Vendi



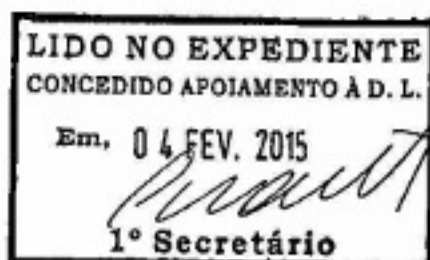
# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI 63/15




**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná O JICAFAR – Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, realizado anualmente no segundo semestre do ano, Organizado pelo Setor III da ARCAFAR-SUL.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná O JICAFAR – Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, realizado anualmente no segundo semestre do ano, Organizado pelo Setor III da ARCAFAR-SUL.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual

14-FLP-2015-15-46 000232 1/1  
IMPRESSÃO 11/02/2015 10:15:46



**JUSTIFICATIVA**

O JICAFAR - Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, é realizado anualmente no segundo semestre do ano, Organizado pelo Setor III da ARCAFAR-SUL (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil) e conta com participação de 14 Casas Familiares Rurais (CFRs) Instituições de Ensino de Educação: Fundamental, Médio e Profissional que envolve mais de 52 municípios do Estado do Paraná, contando com aproximadamente 650 pessoas participantes direto do evento, sendo: Estudantes, professores, Monitores, pais dos alunos e associação das Casas Familiares Rurais entre outros parceiros.

Em 2014 a VI edição do JICAFAR aconteceu de 14 a 18 de novembro no município de Figueira, com a participação das 14 Casas Familiares Rurais (CFRs) do Setor III.

As Casas Familiares Rurais que fazem parte do Setor III são: CFR de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO; CFR de SANTA MARIA DO OESTE; CFR de ALTÔNIA; CFR de QUERÊNCIA DO NORTE; CFR de CÂNDIDO DE ABREU; CFR de FIGUEIRA; CFR de ROSÁRIO DO IVAÍ; CFR de GRANDES RIOS; CFR de SAPOPEMA; CFR de PITANGA; CFR de IRETAMA; CFR de RESERVA; CFR de LIDIANÓPOLIS; CFR de ORTIGUEIRA.

Como se sabe, os jogos são atividades que propiciam prazer, motiva, ajuda a desenvolver a concentração e permite assimilar a cultura, além de explorar possibilidades de transformação.

Para incentivar ainda mais integração através dos esportes e fazer com que o Poder Público valorize e contribua nesse importante evento, é que propomos o Projeto de Lei em tela, no sentido de inseri-lo no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

PARECER AO PROJETO DE LEI 63/2015

Projeto de Lei nº. 63/2015

Autor: Deputado Professor Lemos.

Relator: Péricles de Mello

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial do estado do Paraná o JICAFAR – Jogos de Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, realizado anualmente no segundo semestre do ano, organizado pelo Setor III da ARCAFAR-SUL.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O JICAFAR – JOGOS DE INTEGRAÇÃO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO PARANÁ. POSSIBILIDADE, ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o JICAFAR – Jogos de integração das

23.04.15  
Dep. Romanelli  
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



casas familiares Rurais do Paraná, a ser realizado sempre no segundo semestre de cada ano.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do**

*[Assinatura]*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165.** O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.





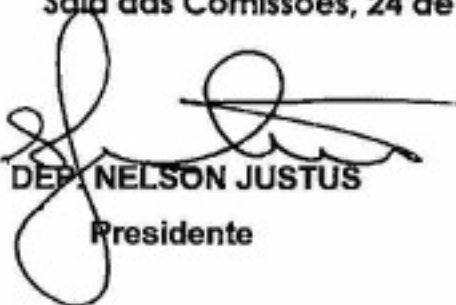
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2015.


  
DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEP. PÉRICLES DE MELLO  
Relator

  
Dep. Cláudia

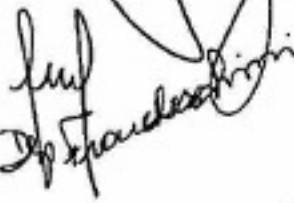
  
Dep. Tiago

em valor de  
**APROVADO**  
23/04/15

  
Dep. Tiago

  
Dep. Paulo

  
Dep. Felson

  
Dep. Guto

  
Dep. Pastor  
**APROVADO**  
27-04-15